

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE GESTÃO E DE NEGÓCIOS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Enoque Estevão de Brito

Análise shift-share: estudo sobre o emprego em Goiás de 2000 e 2019

Goiânia

2021

Enoque Estevão de Brito

Análise shift-share: estudo sobre o emprego em Goiás de 2000 e 2019

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Ms. Mauro César de Paula

Goiânia

2021



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE GESTÃO E DE NEGÓCIOS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Enoque Estevão de Brito

2016.2.0021.0014-8

Análise shift-share: estudo sobre o emprego em Goiás de 2000 e 2019

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Orientador: Prof. Ms. Mauro César de Paula

Membro: Prof. Dr. Jeferson de Castro Vieira

Membro: Prof. Ms. Wagno Pereira da Costa

Goiânia

Data da Aprovação: 14 / 06 / 2021

41 E o faraó prosseguiu: "Entrego a você agora o comando de toda a terra do Egito".

42 Em seguida o faraó tirou do dedo o seu anel de selar e o colocou no dedo de José. Mandou-o vestir linho fino e colocou uma corrente de ouro em seu pescoço.

43 Também o fez subir em sua segunda carruagem real, e à frente os arautos iam gritando: "Abram caminho! " Assim José foi colocado no comando de toda a terra do Egito.

44 Disse ainda o faraó a José: "Eu sou o faraó, mas sem a sua palavra ninguém poderá levantar a mão nem o pé em todo o Egito".

45 O faraó deu a José o nome de Zafenate-Panéia e lhe deu por mulher Azenate, filha de Potífera, sacerdote de Om. Depois José foi inspecionar toda a terra do Egito.

46 José tinha trinta anos de idade quando começou a servir ao faraó, rei do Egito. Ele se ausentou da presença do faraó e foi percorrer todo o Egito.

47 Durante os sete anos de fartura a terra teve grande produção.

48 José recolheu todo o excedente dos sete anos de fartura no Egito e o armazenou nas cidades. Em cada cidade ele armazenava o trigo colhido nas lavouras das redondezas.

49 Assim José estocou muito trigo, como a areia do mar. Tal era a quantidade que ele parou de anotar, porque ia além de toda medida. (Bíblia Sagrada, Nova versão internacional. Gênesis, 41:41-49).

E semeou Isaque naquela terra e, no mesmo ano, recolheu cento por um, porque o SENHOR o abençoava. Enriqueceu-se o homem, prosperou, ficou riquíssimo. (Bíblia Sagrada. Gênesis, 12-13).

A Jesus Cristo por proporcionar a mim fé, determinação, a força e permitir que esse projeto em minha vida se concretizasse. Dias difíceis superei somente pela sua graça e misericórdia. Louvado seja Jesus Cristo, não há outro Deus senão o Senhor!

Ao meu pai João Pedro Correia de Brito a quem me aconselhou estudar Economia, o melhor conselheiro, pastor e profeta que conheço.

A minha mãe Sylverlânia Maria Coutinho Bezerra de Brito mulher de fé que têm sido um exemplo de pessoa a mim e que prestou auxílio na revisão gramatical dos textos.

A esta Universidade e seu corpo docente por promoverem o conhecimento a serviço da vida e ajudar os mais necessitados com as bolsas de estudo.

Ao Prof. Ms. Gesmar José Vieira que a todos os momentos prestou assistência aos alunos e não desistiu deles, um grande amigo.

Ao Prof. Ms. Mauro César Paula que ampliou minha percepção científica sobre elaboração de trabalho científico.

RESUMO

Este trabalho utiliza-se da análise *shift-share* para estudar a concentração de emprego de Goiás em relação ao Brasil, no período de 2000 a 2019. Foi estabelecido como objetivo geral da pesquisa analisar as mudanças nas parcelas do nível de emprego dos setores da economia do estado de Goiás em relação aos setores da economia brasileira. Os dados foram coletados da base de dados da Relação Anual de informações Sociais (RAIS). A análise da decomposição *shift-share* foi realizada através de uma pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva. Foi estabelecido como hipótese que a administração pública é o setor que mais se destaca na mudança no nível de emprego de Goiás em relação ao Brasil. Sendo assim, foi possível identificar quanto de mudança de emprego ocorreu nos setores da economia de Goiás. Os resultados encontrados demonstram a variação ocorrida em cada setor da economia com a respectiva variação quantitativa ocorrida.

Palavras-chave: Decomposição; Emprego; Análise *Shift-Share*; Goiás e Brasil.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01** - Mapa do Brasil o PIB pela ótica da produção (2015). 29
- Figura 02** - Equação matemática *shift-share* segundo Dunn (1960). 35

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Decomposição do emprego goiano entre 2000 e 2019 - Indústria de calçados.	39
Gráfico 02 - Decomposição do emprego goiano entre 2000 e 2019 - Setor elétrico e comunicação.	40
Gráfico 03 - Decomposição do emprego goiano entre 2000 e 2019 - Setor de produto mineral não metálico.	41
Gráfico 04 - Decomposição do emprego goiano entre 2000 e 2019 - Setor da administração pública.	41
Gráfico 05 - Decomposição do emprego goiano entre 2000 e 2019 - Setor do comércio varejista.	42
Gráfico 06 - Decomposição do emprego goiano entre 2000 e 2019 - Setor da administração técnica profissional.	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Total de empregos no estado de Goiás, em 2000 e 2019.	37
Tabela 02 - Total de empregos no Brasil, em 2000 e 2019.	39
Tabela 03 - Decomposição do emprego goiano entre 2000 e 2019.	43

LISTA DE SIGLAS

EUA - Estados Unidos da América

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MIX - Composição industrial

NS - Variação nacional

P - Variação proporcional

PIB - Produto interno bruto

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

RS - Variação diferencial do fator regional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. ECONOMIA E TRABALHO	14
1.1 O termo emprego na concepção de Adam Smith	15
1.2 O trabalho na visão de David Ricardo	17
1.3 O termo trabalho para Karl Heinrich Marx	18
1.4 O trabalho na visão de John Maynard Keynes	20
2. A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA REGIONAL	24
2.1 Análise Econômica do Brasil	25
2.2 O Perfil Econômico do Estado de Goiás	30
3. MÉTODOS E RESULTADOS	33
3.1 Metodologia	33
3.2 Metodologia da Análise Shift-Share	33
3.3 O Modelo Clássico de Análise de Componentes	34
3.4 Resultados	36
CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

INTRODUÇÃO

O trabalho está presente na vida do homem desde os primórdios da humanidade. A variável emprego tem sido objeto de estudo para os economistas há séculos. Desde Adam Smith até os atuais dias diversos estudos e obras literárias abordaram o trabalho com grande preocupação. O emprego é relevante para qualquer economia e nação, o combate ao desemprego tem sido uma das principais políticas econômicas dos governos desenvolvidos e dos que estão em desenvolvimento.

A relevância do estudo da variável econômica emprego está além da contribuição científica. A tomada de decisão é sem dúvida um fator que pode agregar o sucesso ou não de qualquer estrutura econômica. Desta maneira, a variável emprego pode ser analisada e interpretada com intuito de se obter resultados que auxiliem ou situem o homem na compreensão da realidade econômica.

O presente estudo tem como finalidade analisar a concentração do emprego goiano no interciso de 2000 a 2019, utilizando a análise *shift-share*. A análise *shift-share* (modelo clássico) foi utilizada para analisar o crescimento do emprego goiano dado o nível nacional de emprego. Diante do contexto, como explicar as mudanças nas parcelas do nível de emprego dos setores da economia do estado de Goiás em relação aos setores da economia brasileira?

Em resposta à problemática estabelecida, a hipótese é de que a administração pública é o setor que mais se destaca na mudança no nível de emprego de Goiás em relação ao Brasil, demonstrando seguir a tendência nacional de crescimento no período supracitado.

O objetivo geral é avaliar as mudanças nas parcelas do nível de emprego dos setores da economia do estado de Goiás em relação aos setores da economia brasileira.

Essa pesquisa classifica-se como bibliográfica. Inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico dos assuntos que envolviam o tema, em seguida revisão bibliográfica desses assuntos para a fixação dos conceitos que seriam utilizados. Pode-se classificá-la, também, como exploratória descritiva; pois procura se através dos dados de empregos descobrir, descrever, classificar e interpretá-los, em ato contínuo, buscar-se-á explorar o problema da pesquisa, decomposição do emprego no estado de Goiás.

A monografia está estruturada da seguinte maneira, o primeiro capítulo trata o termo emprego (trabalho) à luz da concepção dos economistas Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx e John Maynard Keynes. O segundo capítulo apresenta a importância da Economia Regional e análise econômica do Brasil e de Goiás em relação a temática. O terceiro capítulo apresenta a metodologia do modelo matemático e análise dos resultados obtidos pela decomposição *shift-share*.

1 ECONOMIA E TRABALHO

As obras literárias produzidas pelos cientistas econômicos influenciam os economistas na produção do conhecimento científico, que por sua vez, auxiliam a sociedade no desenvolvimento humano e emprego dos fatores e recursos naturais. A economia por ser uma ciência em constante mudança, propaga efeitos não só financeiros como também enriquecimento do intelecto humano. Apesar do surgimento do pensamento econômico ser relativamente recente, os fenômenos e efeitos na vida do homem já ocorriam desde antes do surgimento da escrita; temos como exemplo o trabalho humano.

O surgimento da escrita favoreceu registros históricos dos nossos antepassados, não somente a origem dos povos, mas como organizavam-se economicamente. Mas o que é economia? “A Economia pode ser definida como ciência social que estuda a maneira que a sociedade administra recursos produtivos escassos”. (Vasconcellos e Garcia, 2014, p. 21). Utiliza-se de outras ciências como a matemática e a estatística para elaborar estudos quantitativos que auxiliam e facilitam a compreensão dos estudos. Contudo, não pode ser considerada como ciência exata. É uma ciência social humana e:

Como repousam sobre decisões humanas, as decisões econômicas envolvem juízo de valor, dando origem a diferentes formas de interpretação e, conseqüentemente, a várias correntes de pensamento econômico. Em qualquer sociedade, os recursos produtivos ou fatores de produção (mão de obra, terra, capital, matérias-primas, entre outros) são limitados. Por outro lado, as necessidades humanas são ilimitadas e sempre se renovam, por força do próprio crescimento populacional e pela contínua elevação do padrão de vida. Independentemente do seu grau de desenvolvimento, nenhum país consegue dispor de todos os recursos dos quais necessita. (VASCONCELLOS E GARCIA, 2014, p.22).

As correntes de pensamento econômico como padrão para interpretação e entendimento da economia demonstram, além do desenvolvimento social, o desenvolvimento do intelecto dos economistas no decorrer dos séculos de existência desta ciência. Os questionamentos realizados por diversas obras, desde os estudos de Adam Smith, contribuem para orientar a sociedade e o Estado na tomada de decisões. A Economia, busca sempre otimizar a escassez dos recursos necessários e, que, muitas vezes são indisponíveis. Presente, portanto, “um problema de

escassez: recursos limitados contrapondo-se às necessidades humanas ilimitadas”. (VASCONCELLOS e GARCIA, 2014).

As teses econômicas desenvolvidas pelos economistas são amplas em suas abordagens. O termo emprego é discutido e analisado como fator que promove o desenvolvimento econômico das nações. O trabalho humano é análise central deste capítulo, e será apresentado na visão dos principais economistas: Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx e Keynes conforme o pensamento e suas análises econômicas. Com diferentes teorias os economistas supra citados abordam o trabalho como fator essencial que promove a evolução da economia.

1.1 O termo emprego na concepção de Adam Smith

Adam Smith, considerado o pai da economia moderna e o primeiro economista da escola clássica, desenvolveu em seus estudos o termo emprego como fenômeno econômico relevante para o desenvolvimento econômico e social das nações. Smith contribuiu para o crescimento literário da ciência econômica, mencionando os princípios de economia e a política econômica na obra literária de enorme referência ao qual intitulou de “A riqueza das nações”.

Smith abordou as causas que geram o enriquecimento das nações, apresentando a teoria do valor trabalho como causa que evidencia as consequências econômicas que o emprego pode proporcionar às nações, independente das características dos Estados. Na perspectiva de que:

Smith restringe a validade da teoria do valor trabalho aos limites quase pré-históricos dos “estados rudes e primitivos da sociedade”, onde não teria ainda ocorrido significativa acumulação de capital ou apropriação privada da terra e de que sua verdadeira teoria do valor é baseada em custos de produção e fundamenta-se na noção de que em “sociedades civilizadas” a remuneração do capital e da terra influencia a formação dos preços. A controversa afirmativa do Capítulo V pode ser interpretada, como sugere Meek, apenas como uma proposição qualitativa e abstrata sobre o trabalho como fonte do valor no sentido de que o valor de troca de mercadorias surge em sociedades caracterizadas pelo intercâmbio dos produtos de indivíduos, somente em virtude do fato de serem elas resultantes do trabalho desses indivíduos. (SMITH, 1996, p. 13).

Para Smith, a teoria do valor trabalho estava limitada à acumulação privada de terras, relacionando a teoria em custos de produção. Acreditava que a formação de preços era dada pelo capital e as terras. O valor econômico de um produto ou serviço

é dado pela quantidade de trabalho que este necessita a ser produzido. Apesar de Smith defender uma visão liberal da economia, o economista defende que o trabalho é um fator importante para a produção de bens e serviços.

A importância do trabalho humano na economia, não só no sentido amplo, mas também individual resulta em benefícios sociais. O bem estar social é consequência do trabalho do indivíduo como revela o pensamento Smithiano: "não é da benevolência do padeiro, do açougueiro ou do cervejeiro que eu espero que saia o meu jantar, mas sim do empenho deles em promover seu "auto-interesse"". (SMITH, 1996).

Reforçando as ideias de Smith, na perspectiva da produção de alimentos sempre haverá demanda, visto que, o surgimento de novos indivíduos exige maiores quantidades de alimentos, demanda um volume maior ou menor de trabalho. O fator mão de obra humana é essencial para a produção de alimentos pois:

Uma vez que os homens, como todos os outros animais, se multiplicam naturalmente em proporção aos meios de sua subsistência, pode-se dizer que, basicamente, sempre há demanda de alimentos. Os alimentos sempre podem comprar ou comandar um volume maior ou menor de trabalho, e sempre é possível encontrar alguém disposto a fazer algo para consegui-los. Efetivamente, o volume de trabalho que os alimentos podem comprar nem sempre é igual àquele que poderiam sustentar, se geridos da maneira mais econômica, devido aos altos salários que por vezes são pagos pela mão-de-obra. Todavia, os alimentos sempre podem comprar ou comandar um volume tal de trabalho que possam sustentar, de acordo com a taxa pela qual esse tipo de trabalho é sustentado na região. (SMITH, 1996, p. 183).

O trabalho é meio de subsistência do homem, Smith relaciona a demanda por alimentos ao volume de trabalho, ou seja, por sempre haver a necessidade de o homem se alimentar e o crescimento populacional natural crescer, a demanda por alimentos exige maior emprego da força de trabalho. A variação de volume de trabalho é dada pela demanda e oferta de trabalho, que, por sua vez, influenciam os salários. Em suma, para Smith o trabalho é fonte direta de riqueza, pelo qual deveria haver divisão de tarefas entre os trabalhadores permitindo crescimento mais lucrativo.

Smith exemplifica o trabalho a uma fábrica de alfinetes demonstrando que a divisão de tarefas promove maior produtividade, "hoje são capazes de produzir, em virtude de uma adequada divisão do trabalho e combinação de suas diferentes operações". (SMITH, 1996, p. 66). A divisão do trabalho no conceito smithiano significa um maior aumento das forças produtivas do trabalho, que podem ser mais

desenvolvidas nas sociedades de mão de obra especializada, ou primitiva naquelas em que não há especialidade de trabalho no processo de produção (nações primitivas).

1.2 O trabalho na visão de David Ricardo

O economista clássico David Ricardo foi fortemente influenciado por seu antecessor Adam Smith, também analisou a teoria do valor trabalho na sua obra literária *Princípios de economia política e tributação* dizendo que “O trabalho é a contribuição efetivamente social do homem sobre as dádivas da natureza e, portanto, a única fonte real de todo o valor.” (RICARDO, 1996, p. 12). Na visão clássica, o economista:

Ricardo defendia a teoria do valor-trabalho, segundo a qual o valor de todas as mercadorias é determinado pela quantidade de trabalho incorporada nelas. É o trabalho e não a utilidade ou escassez, segundo a outra vertente de teoria do valor existente na época, que pode aquilatar o quanto uma mercadoria vale em comparação com as demais. (RICARDO, 1996, p.18).

A precificação da mercadoria é resultado da quantidade de trabalho despendida para a produção do bem, segundo Ricardo. É o trabalho que pode determinar o quanto essa mercadoria vale em relação às demais. A principal contribuição de Ricardo em relação ao termo trabalho foi a capacidade de aperfeiçoar a teoria do valor trabalho proposta por Adam Smith. Ricardo notou incoerências lógicas apresentadas por seu antecessor. Silva destaca que o ponto essencial da análise do valor trabalho apresentado por Ricardo é inicialmente econômico, como destaca a seguir:

Ricardo aperfeiçoou a teoria smithiana do valor trabalho — que não é senão uma teoria dos custos de produção —, por perceber nela uma série de inconsistências lógicas. Os custos de produção (terra, trabalho e capital), de natureza incomensurável e heterogênea, só podem ser somados se reduzidos a um denominador comum. Todavia, como o próprio Smith já observara, reduzi-los a seu valor em dinheiro não era absolutamente a solução adequada. Necessário, mesmo, era identificar o que os tornava equivalentes em dinheiro. E este é o ponto de partida da análise do valor econômico em Ricardo. (SILVA, 2003, p. 22).

A partir da aperfeiçoação da teoria do valor trabalho, Ricardo trata do liame entre lucro e os salários, e a tratativa do comércio internacional. A distribuição do

produto gerado pelo trabalho na sociedade é destacada na teoria como resultado do emprego. Na concepção ricardiana o trabalho em conjunto com máquinas e capital resulta no produto. Na concepção de França (2012):

A teoria do valor trabalho de Ricardo cumpre um papel importante no que diz respeito à determinação dos preços. Enquanto se podem manter as mesmas proporções de capital fixo nas diferentes linhas de produção, o preço das mercadorias fica determinado pelo trabalho incorporado a essas mercadorias. Além disto, é possível medir os salários e lucros por essa mesma medida, ainda que os trabalhadores sejam donos dos seus meios de produção, ou que estes pertençam a uma classe de homens que os empregue e lhes provenha às ferramentas necessárias para trabalhar, este princípio, de que o trabalho incorporado é o que dá valor as mercadorias se mantém. (FRANÇA, 2012, p. 24).

Ricardo afirma que mesmo que os trabalhadores sejam donos de seus próprios produtos, o trabalho possui valor; e o valor do trabalho reflete nos preços das mercadorias. A produção e valorização dependem, portanto, do trabalho que determina o valor dos salários e lucros obtidos na produção. A visão ricardiana realizava uma análise coletiva ao invés de analisar o indivíduo.

1.3 O termo trabalho para Karl Heinrich Marx

A diferença marcante de Karl Heinrich Marx para os economistas citados anteriormente é que Marx não concordou com a teoria do valor trabalho, “considerando-a inadequada para fundamentar a ciência da Economia Política”. (MARX, 1996). Por não explicar a equivalência da troca entre capital e força de trabalho, o lucro prosseguia e assim consistia em um impasse, a teoria. Outro fator é que Smith e Ricardo “ambos identificavam, sem mediações, o valor ao preço natural, como o chamava Smith, ou ao custo de produção, na formulação ricardiana” (MARX, 1996, p. 28). Os impasses da teoria do valor trabalho:

O lucro continuava, portanto, inexplicável em face da necessária equivalência da troca entre capital e força de trabalho. Este, o primeiro impasse.

O segundo grande impasse da teoria do valor-trabalho de Smith e Ricardo residia em que ambos identificavam, sem mediações, o valor ao preço natural, como o chamava Smith, ou ao custo de produção, na formulação ricardiana. Semelhante identificação tornava impossível esclarecer por que capitais com diferentes empregos de força de trabalho obtinham taxas de lucros iguais.

A solução marxiana para a primeira questão crucial irresolvida consubstanciou-se na teoria da mais-valia. Ao expô-la no Livro Primeiro, Marx não partiu do conceito de valor, mas da mercadoria, isto é, da célula

germinativa de modo de produção capitalista. No entanto, o enfoque inicial da mercadoria ao longo do Capítulo I não a situa no quadro das relações de produção capitalistas, porém numa sociedade de pequenos produtores mercantis, donos dos meios de produção e de subsistência e, por conseguinte, donos também do produto integral do seu trabalho. Tal procedimento expositivo tem sido um dos pontos mais controversos de O Capital. (MARX, 1996, p. 28).

Marx propôs a teoria da mais valia para solucionar o impasse do lucro, conceituou a partir da mercadoria, do modo capitalista de produção. Envolvendo a luta de classes de um lado, detentores dos meios de produção e, do outro lado, trabalhadores que oferecem a mão de obra. A crítica se pautava na atuação do Estado como agente tendencioso aos interesses da classe dominante e o capitalismo como regime que chegaria ao fim como ocorreu com o socialismo. Marx entende o trabalho como atividade no qual o homem emprega sua força para gerar o seu sustento e que o Estado deveria garantir apoio à classe operária. Para o economista:

As circunstâncias que aumentam o produto de cada jornada de trabalho individual, como a cooperação, a divisão do trabalho, o emprego da maquinaria, encurtam ao mesmo tempo o período de trabalho nos atos conexos de produção. Assim, a maquinaria encurta o tempo de construção de casas, pontes etc.; as segadeiras e debulhadoras encurtam o período de trabalho necessário para transformar o grão maduro em mercadoria acabada. A construção aperfeiçoada de navios encurta, com a velocidade aumentada, o tempo de rotação do capital investido na navegação. No entanto, esses aperfeiçoamentos, que encurtam o período de trabalho e, por conseguinte, o tempo pelo qual o capital circulante tem de ser adiantado, estão geralmente vinculados a um desembolso aumentado de capital fixo. Por outro lado, o período de trabalho pode, em determinados ramos, ser encurtado mediante a mera ampliação da cooperação; a construção de uma ferrovia é abreviada quando se arregimentam grandes exércitos de trabalhadores e a obra é atacada por vários lados ao mesmo tempo. Nesse caso, o tempo de rotação é encurtado pelo crescimento do capital adiantado. Uma quantidade maior de meios de produção e de força de trabalho tem de estar sob o comando do capitalista. (MARX, 2013, p. 361).

De acordo com Marx (2013), o fator emprego de máquinas pode influenciar o nível de trabalho e sua divisão. O emprego de maquinaria reduz o tempo despendido de produção e, conseqüentemente a jornada de trabalho. Na concepção de Marx, a forma e o conteúdo da teoria do valor trabalho sofreram mudanças uma vez que o trabalho continua sendo o centro de estudo da teoria do valor. Se observa:

Em Marx, a formulação da teoria do valor sofre significativas mudanças tanto em sua forma quanto em seu conteúdo. Este autor ainda mantém uma continuidade com os autores anteriormente apresentados, pois ainda mantém a centralidade do trabalho na formulação de sua teoria do valor. Todavia existe uma grande diferença entre o trabalho de Marx e o dos

clássicos que envolve o método dialético e que se expressa em no primeiro capítulo de “o Capital” nas categorias de fetichismo e mercadoria. (FRANÇA, 2012, p. 25).

Havendo clara diferença entre Marx e os demais economistas clássicos, o trabalho possui significativa importância para o mercado. A mão de obra é a força geradora de valor da mercadoria segundo o pensador. A abordagem da teoria do valor trabalho presente na obra O Capital é estudada até os dias atuais por diversos cientistas econômicos, posicionamentos contrários e a favor da visão marxista ainda são objeto de discussão.

Para Marx, a ação humana é trabalho, o homem transforma a natureza, extrapola e a modifica conforme os interesses e necessidades humanas. A sociedade e os indivíduos constroem suas histórias simultaneamente, o peso do trabalho não recai somente sobre um polo. A existência humana ocorre devido às condições materiais deixada pelos nossos antepassados que dependeram dos antepassados deles e assim por diante. O condicionamento social, da política, do intelecto e cultural advêm da produção material, o homem deve preocupar-se com a produção material, esta resulta a própria existência do homem.

1.4 O trabalho na visão de John Maynard Keynes

Em 1930, o economista John Maynard Keynes vivenciou uma grave crise econômica que provocou o desemprego em massa de trabalhadores, conhecida como a grande depressão, a crise de 1929 afetou a economia dos EUA e de diversos outros países, inclusive o Brasil. A obra literária escrita por Keynes: Teoria geral do emprego, do juro e da moeda aborda uma visão ampla e geral do cenário econômico, irrestrita a um caso especial na economia. Keynes escreve:

Chamei a este livro Teoria geral do emprego, do juro e da moeda, dando especial ênfase ao epíteto “geral”. Pretendi com isso sublinhar o contraste entre a natureza dos meus argumentos e conclusões e os da teoria “clássica”⁵, na qual me formei e que domina o pensamento econômico, tanto prático como teórico, das classes governantes e acadêmicas desta geração, tal como o dominou nos últimos 100 anos. Argumentarei que os postulados da teoria clássica se aplicam apenas a um caso especial e não ao caso geral, pois a situação que ela pressupõe é um ponto limite das possíveis situações de equilíbrio. Além disso, as características desse caso especial não são as da sociedade econômica em que realmente vivemos, de modo que seria

ilusório e desastroso tentar aplicar os ensinamentos daquela teoria aos fatos da experiência. (KEYNES, 2012, p. 30).

Para Keynes, a visão clássica não estava em total adequação com a realidade social do século XX, a visão clássica estava restrita a um caso especial (pleno emprego) que não explicava o contexto econômico, que exigia uma abordagem geral do cenário. A análise de um caso especial demonstrou estar fora do mundo real, incompleta para entender e solucionar a crise econômica das nações.

A teoria geral do emprego no pensamento keynesiano revela que apesar do desejo em alcançar o pleno emprego, “os dados da experiência indicam que o pleno emprego ou, inclusive, algo aproximado, é uma situação rara e efêmera”. (KEYNES, 2012, p. 227).

No pensamento keynesiano o nível de emprego não é determinado no mercado de trabalho, isso quer dizer que o alto desemprego é determinado pela falta de demanda por trabalho, não é o custo de trabalho que promove o desemprego. A falta de demanda por trabalho é consequência da produtividade baixa da economia, se não há consumo suficiente na economia, não haverá demanda por trabalho para produção de bens de consumo. Keynes afirma que:

A propensão ao consumo e o nível do novo investimento determinam, conjuntamente, o nível de emprego, e o volume de emprego está univocamente relacionado com um dado nível de salários reais, não o inverso. Se a propensão ao consumo e o montante de novos investimentos derem origem a uma insuficiência da demanda efetiva, o nível real de emprego será inferior à oferta de mão de obra potencialmente disponível ao salário real existente, e o salário real de equilíbrio será superior à desutilidade marginal do nível de emprego de equilíbrio. (KEYNES, 2012, p. 51).

Não havendo investimento empresarial em novas fábricas e equipamentos, não há demanda por trabalho necessário para construção dessas fábricas e equipamentos; o alto desemprego é um problema de demanda efetiva na economia. Keynes aborda o investimento como ponto delicado e arriscado na tomada de decisões em uma economia, a responsabilidade é dos empresários e traz incerteza em relação ao que ocorrerá no futuro. A decisão errada de um empresário na realização de investimentos pode acarretar na quebra da firma. O investimento agregado dos empresários e o consumo das famílias proporcionarão o nível geral de demanda que gerará o aumento de produção na economia, que por sua vez determinará o nível de trabalho (nível por demanda de trabalho).

Sobre o emprego, a teoria keynesiana afirma que o termo “é determinado pelo ponto em que o valor da produção é igual à soma dos investimentos e do consumo” (KEYNES, 2012, p. 23). O emprego e o produto são determinados pelas expectativas, gerando nos consumidores a disposição para pagamentos aos empresários. Keynes destaca que:

Estas expectativas das quais dependem as decisões da atividade econômica subdividem-se em dois grupos, sendo que certos indivíduos ou empresas se especializam na elaboração do primeiro tipo de expectativas e outros na elaboração de expectativas do segundo tipo. O primeiro tipo diz respeito ao preço que um fabricante pode esperar obter por sua produção “acabada” no momento em que decide iniciar o processo que levará a esse objetivo, sendo que (do ponto de vista do fabricante) os produtos estão “acabados” quando ficam prontos para serem usados ou vendidos a uma segunda parte. O segundo diz respeito ao que o empresário pode esperar ganhar sob a forma de rendimentos futuros, no caso de comprar (ou eventualmente manufaturar) produtos “acabados” para adicioná-los ao seu equipamento de capital. (KEYNES, 2012, p. 63-64).

A primeira expectativa diz respeito ao preço que o fabricante poderá cobrar por sua produção. Para eles, o produto só estará totalmente acabado quando estiver disponível para venda ou uso. Na segunda expectativa o fabricante deseja ganhar os seus rendimentos no futuro com a compra de equipamentos de capital. Em ambas situações, a produção requer procedimentos que demandam tempo de execução para resultar em produtos e rendimentos. Keynes dita que:

Além disso, a demanda efetiva é simplesmente o rendimento agregado (ou os proventos), incluindo os rendimentos que cederão aos outros fatores de produção, que os empresários esperam receber a partir da quantidade de emprego corrente que decidem oferecer. A função de demanda agregada relaciona várias quantidades hipotéticas de emprego com os proventos que se espera obter do volume da sua produção; e a demanda efetiva é o ponto da função da demanda agregada que se torna efetiva porque, em conjunção com as condições da oferta, corresponde ao nível de emprego que maximiza as expectativas de lucro do empresário. (KEYNES, 2012, p. 70).

Todas essas definições conjuntas permitem igualar o rendimento marginal com o custo marginal dos fatores, levando a uma sequência de assuntos que relacionam com os proventos marginais assim conceituado com o custo marginal dos fatores.

Após 100 anos de domínio da teoria clássica, Keynes consegue introduzir uma mudança de pensamento na classe acadêmica e governante de sua geração, ampliando a visão macroeconômica da ciência para tratar o problema da grande depressão (crise econômica de 1929) como um fenômeno geral e não como um caso

específico como fizeram os economistas clássicos. Neste sentido, as diferentes abordagens econômicas apresentadas pelos economistas citados neste capítulo, evidenciam que o termo trabalho é fonte inesgotável de pesquisa, o termo emprego sempre será tema de discussão na Economia e, portanto, fator essencial nas discussões econômicas e desenvolvimento social humano.

2 A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA REGIONAL

O surgimento e crescimento das cidades no Brasil são fator socioeconômico relevante para a formação e o desenvolvimento contínuo da economia brasileira, que de acordo com (Souza, 1981, p. 5), “as migrações rurais/urbanas e intra-urbana, bem como a concentração da atividade econômica e dos desequilíbrios regionais daí resultantes”. A contribuição da Economia Regional aparece como uma proposta de diferenciação espacial, as relações regionais entre as diferentes regiões com escassez de recursos e ampla desigualdade territorial ocorrem devido à má distribuição do espaço no ambiente. Para entender a importância da Economia Regional Nali de Jesus Souza define que:

A Economia Regional compreende: a introdução do elemento espaço na análise econômica; o estudo de problemas localizados e que envolvem separação espacial, tais como: a estrutura dos parques industriais locais e regionais; os meios de comunicação entre dois ou mais centros urbanos; o problema do emprego rural e urbano; as finanças municipais e regionais; o aproveitamento racional dos recursos naturais locais; os impactos de investimentos em determinadas indústrias sobre o emprego, as demais atividades industriais, as finanças públicas, etc. (SOUZA, 1981, p. 6).

A Economia Regional deve ser entendida como uma proposta ampla que busca compreender a distribuição desigual dos recursos e da mobilidade, (Souza, 1981, p. 6) “a Economia Regional não é simplesmente uma disciplina que trata exclusivamente dos problemas locacionais ou da imobilidade dos fatores”. Mesmo que haja perfeita sincronia dos recursos, haverá desigualdade na distribuição dos recursos naturais e humanos.

O fator de desigualdade social é presente em todo o mundo. A desigualdade na distribuição dos recursos humanos é evidente, por exemplo no Estado de São Paulo, ente da federação brasileira com o maior número de indústrias, sofre com a má distribuição dos recursos e da mobilidade, possuindo enorme concentração de pessoas, operação financeira e capital que estão instalados em um espaço territorial mal distribuído. As indústrias são essenciais para o desenvolvimento social. O surgimento de novas indústrias em outras regiões do país ocorreu devido à mudança de localização (descentralização) industrial de São Paulo para outros estados.

A política econômica de incentivos fiscais tem sido utilizada para atrair indústrias para os Estados. O estado de Goiás, cresceu muito com o complexo

industrial de Anápolis. Além da representatividade forte no setor da agricultura e pecuária, o setor industrial de vestuário, montadoras de veículos e de alimentos industrializados promoveram o crescimento da economia goiana que antes não tinha tamanha relevância nacional.

2.1 Análise Econômica do Brasil

O Brasil, desde colônia de Portugal, demonstrou ser uma terra eficiente para surgimento de uma sociedade próspera, a condição socioeconômica como colônia de exploração de Portugal demonstra fatos e características da formação econômica do país como nação rica naturalmente na produção de bens naturais. A abundância de terras e a fertilidade do solo brasileiro constituem, desde nossa colonização, um diferencial em relação as outras colônias de exploração. O Brasil demonstrou ser desde o início do cultivo da cana-de-açúcar, em meados do século XVII, um lugar economicamente muito importante para toda a Europa, principalmente para Portugal.

A mudança econômica da exploração da agricultura e plantio de cana para a mineração de ouro e pedras preciosas provocou a ampliação geográfica e econômica de outras economias como a pecuária e a manufatura, que iriam surgir em virtude da formação populacional ocorrida no litoral brasileiro e depois o avanço para o interior (centro) do país para exploração de minérios. Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso constituíram as principais minas de exploração de ouro, a atividade foi altamente lucrativa, todo o ouro extraído das minas foi para a coroa portuguesa para pagamentos de dívidas com a Inglaterra. A intensa exploração das minas constituiu um fim decadente dessa exploração, o fim das minas configura um fim deste período, iniciando um novo ciclo econômico denominado de Ciclo do Algodão.

A Revolução industrial proporcionou ao setor industrial têxtil o crescimento da demanda por matéria prima (algodão), agora, sendo tratado como novo ciclo econômico o algodão passa a ser a principal atividade lucrativa na produção brasileira. A grande demanda da Inglaterra no período do século XVIII até XIX por algodão favorece o Brasil para produzir o produto nos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e São Paulo. A Revolução Industrial estimulou:

As transformações na base técnica realizadas no decorrer da Revolução Industrial (1769-1787), viriam a alterar de forma decisiva a história econômica dessa fibra vegetal, na medida em que uma severa epizootia ao dizimar os

rebanhos de carneiros do Sudoeste da Inglaterra (WELLS, 1959), estimulou a produção de algodão nas colônias inglesas do Sul da América do Norte, que passou a ser a matéria-prima fundamental da agroindústria têxtil (HOBSBAWN, 1984). Esse processo aumentou a demanda de algodão no mercado mundial, propiciando a expansão da cultura no território dos atuais Estados Unidos da América (EUA) em bases de grandes plantios escravistas. No Brasil, os dois primeiros ciclos de expansão dessa lavoura decorreram diretamente das duas guerras internas no território estadunidense. (GONÇALVES E RAMOS, 2007).

A Revolução Industrial foi um marco histórico de desenvolvimento econômico para a humanidade, em especial para a Inglaterra. A rápida produção dos fatores gerou demanda por mão de obra para suprir a expansão da cultura nos Estados Unidos da América, o maior exportador de algodão da época.

A guerra civil americana (1861-1865) favoreceu o Brasil em ser o principal exportador de algodão durante o período, por muitos anos o algodão era a principal riqueza exportada do Brasil e:

Finda a guerra civil, aquele país retoma a produção de algodão deslocando o produto brasileiro do mercado internacional, enquanto que no Brasil, as principais áreas agropecuárias da Zona Meridional, eram ocupadas pelo café que em 1860, representava metade das exportações. Entretanto, o grande impulso à produção de algodão em fins do século XIX foi o mercado interno, posto que por ocasião da Proclamação da República a indústria têxtil algodoeira era responsável por 60% do capital empregado no setor industrial do país. (GONÇALVES E RAMOS, 2007, p. 27).

O fim da guerra civil americana torna os EUA novamente o principal produtor de algodão, retirando do Brasil a representatividade de exportador. Além da técnica americana ser mais evoluída em relação ao Brasil, a produção brasileira parecia por ser uma escala de lavoura pequena.

Para Gonçalves e Ramos:

Inicia-se em 1861, num ciclo de expansão que entrou em rápido declínio após os oito anos de crescimento por razões de ordem técnica e econômica, derivadas das “condições sob as quais havia se processado o desenvolvimento da cultura algodoeira, ou seja, o empirismo das técnicas adotadas quanto ao cultivo, ao beneficiamento e ao enfardamento do algodão, juntamente com as condições gerais da economia paulista da época, não lhe permitiram assegurar posição vantajosa no mercado internacional após o restabelecimento da paz nos Estados Unidos”. Nessa antiga cotonicultura, a base técnica era precária, sendo “ensejada por circunstâncias favoráveis do mercado internacional, mas transitórias, tornou-se sobretudo o ganha-pão dos elementos livres da comunidade, os lavradores humildes da área rural, sem recursos financeiros para conferir aos seus plantios o status de grande lavoura. Foi, essencialmente, ‘a lavoura comercial do pobre’”. (GONÇALVES E RAMOS, 2007, p. 27).

A característica precária da técnica do cultivo da economia brasileira foi um fator determinante para o subdesenvolvimento da economia do algodão. O conhecimento técnico e científico empregado no cultivo de algodão americano prevaleceu sobre as demais economias do mundo.

O café foi um dos ciclos econômicos importantes para a economia do Brasil (século XIX), expressou grande produtividade econômica, a alta demanda mundial em busca do produto fez com que o Brasil se adaptasse ao plantio desse vegetal. A terra roxa foi o solo adequado para o plantio e produção de café que permeou até o fim da abolição da escravatura.

A ocorrência de “terras roxas” orientava a chamada “onda verde”, de Campinas para o norte e o oeste do planalto.

No último decênio do século XIX, desde que o café chegou à região do rio Mogiguaçu e rio Pardo, formou-se o centro produtor da melhor qualidade de café. Enquanto o grande centro produtor era o vale do Paraíba, a comercialização se fazia pelo Rio de Janeiro, centro financeiro e controlador da economia cafeeira. Com o deslocamento da zona de cultura, a exportação principal passou para o porto de Santos, iniciando-se então o surto de desenvolvimento paulista. Desde o começo da década de 1880, o Brasil se tornou o maior produtor mundial de café.

O café passou a representar grandes e novas possibilidades de acumulação de capital, e esse processo se tornou conhecido como o “ciclo do café”. Em 1889, ano da proclamação da República, a produção atingiu 5,586 milhões de sacas de 69 kg. Ao iniciar-se o século XX, só as exportações do produto chegaram a 14,7 milhões de sacas. (BELTRÃO, 2018, p.3).

A produção do café no Brasil foi marcada por recorde de produção, Silva (1992) “exerceu importantíssimo papel na economia do Brasil, sendo responsável pelo processo político e pelas conseqüentes transformações na sociedade.” A economia cafeeira trouxe estabilidade econômica para o Brasil, Silva (1992) “concorreu, efetivamente, para níveis de desenvolvimento nunca antes experimentados.

Financiado inteiramente por capitais nacionais, o café permitiu a elevação dos níveis de renda e a capitalização, com reflexos em todos os outros setores da economia. Urbanizou e modernizou os grandes centros, e vida passou a girar mais em torno das cidades. Promoveu um intenso investimento no setor de infra-estrutura econômica, remodelando portos e construindo ferrovias. (SILVA, 1992, p. 109).

O ciclo cafeeiro promoveu mudanças estruturais significativas para a economia, no entanto, Silva (1992) “a superprodução do café em 1906 e o *crack* da bolsa de

Nova York em 1929, causando a queda dos preços do produto” apontaram muito bem os riscos da dependência externa a que se sujeitam as economias monocultoras.

A implementação do setor industrial é escolhida como medida alternativa para diversificar a economia, Silva (1992) “criar melhores condições sociais para o trabalhador fizeram o Brasil entrar em novo ciclo de evolução.” Esse período inicia o processo de industrialização do Brasil.

A implementação da industrialização brasileira não ocorreu durante o período colonial pela proibição de instalação de manufaturas no Brasil e nos primeiros anos de República devido a desestabilidade da moeda e inflação deste período. Mesmo com a crise da agro exportação:

São Paulo reunia as condições internas favoráveis a esse processo: existência de mercado consumidor, fluxo de imigrantes europeus com *know how* para a fabricação de alguns produtos, capitais acumulados pelo comércio do café e abundância de fontes de energia hidráulica. Faltava apenas a queda do sistema monocultor agroexportador para que a industrialização fosse efetivamente implementada. (SILVA, 1992, p. 110).

Em 1930, Silva (1992) o Brasil instalou, “na cidade de Volta Redonda, a primeira grande indústria siderúrgica e, com a produção de aço, matéria-prima básica da atividade industrial, incrementou o desenvolvimento de outros setores.” Em 1953 a criação da Petrobrás por meio do monopólio estatal acelerou ainda mais o crescimento industrial brasileiro, construções de usinas hidrelétricas (Eletrobrás). Além das usinas:

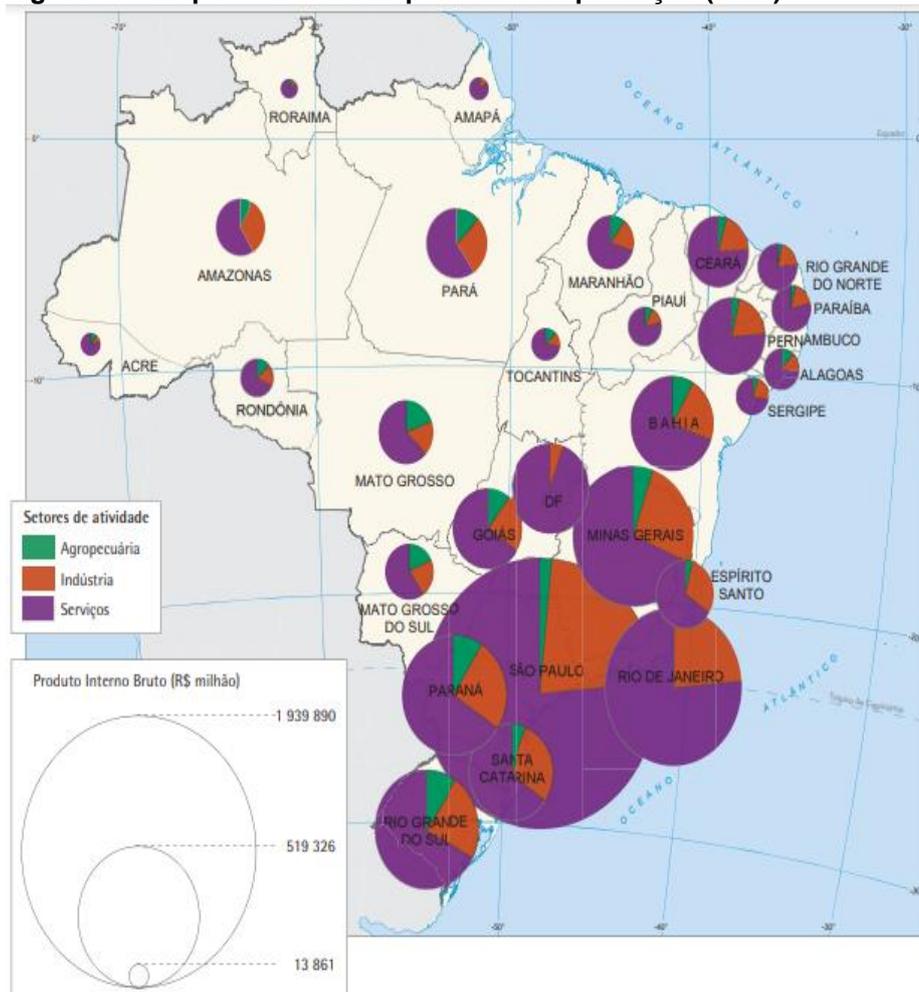
No setor de transporte, a rede rodoviária do País ampliou e consideravelmente possibilitando a infra-estrutura viária necessária à economia. As empresas multinacionais trouxeram o capital estrangeiro e se ocuparam das indústrias de tecnologias sofisticadas. A industrialização e a modernização, ao longo das décadas de 70 e 80, continuaram em ritmo acelerado. E o Brasil passou a produzir aviões, navios; máquinas pesadas e material de guerra, entre muitos outros produtos. (SILVA, 1992, p. 111).

A participação dos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e pós 1964 no desenvolvimento nacional foi essencial para o crescimento econômico brasileiro. As políticas econômicas, Silva (1992), “abrangiam uma série de investimentos nos campos siderúrgicos, petroquímico, de transporte e energia

elétrica, marcando um período de grande prosperidade para o setor industrial e para a economia do Brasil.

O desenvolvimento industrial brasileiro não se propagou por todo o território do país, a concentração industrial até os dias atuais ainda é da região sudeste do país. O mapa abaixo, figura 1, apresenta a concentração conforme o setor de atividade econômica: agropecuária, indústrias e serviços de cada região do Brasil.

Figura 01 – Mapa do Brasil PIB pela ótica da produção (2015)



Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015)

Para o ano de 2015, o sudeste do Brasil concentrou a maior parcela do PIB nacional, seguindo centro-oeste e nordeste. A concentração do setor de serviços, mão de obra, concentra em torno das regiões mais industrializadas (sudeste).

2.2 O Perfil Econômico do Estado de Goiás

O surgimento de Goiás se dá a partir da interiorização do território brasileiro, após a crise da economia açucareira. A decadência nas lavouras de cana de açúcar no século XIX desestimulou o interesse do governo português em dar continuidade ao plantio da cana. Para solucionar a crise econômica de Portugal, o governo português buscou contornar a crise incentivando o deslocamento para o interior do Brasil a fim de encontrar outra fonte de riqueza, ou seja, o ouro e as pedras preciosas, (Estevam, 2004, p. 23) “a presença do Estado português que, no interesse de angariar novos “descobertos”, incentivou a procura de ouro no planalto central, ensejando a ocupação e o povoamento de Goiás.”

A busca por ouro e pedras preciosas desencadeia um anseio de enriquecimento rápido e que se firmou como principal exploração e fonte de riqueza para o governo português por muitos anos.

A descoberta do ouro no rio Vermelho proporcionou além dos arraiais de mineração o surgimento de grupos menores de mineração e de pequenas moradias, construções para urbanizar o território. O terreno acidentado dificultava a entrada e saída da cidade, o território era abastecido pelas rotas vindas de São Paulo e Rio de Janeiro, (Castro, 2014, p. 29) “alguns produtos eram fabricados devido à distância com os centros produtores; neste rol estão os tecidos, ferramentas e alguns produtos para a construção civil.”

No final do século XIX ocorre o fim da mineração. O início do século XX é marcado pela industrialização goiana iniciada com atuação do Estado de Goiás em promover a indústria com incentivos fiscais, a mudança da capital do Estado de Goiás para Goiânia, em 1937, contribuiu para um novo tempo de infraestrutura. Mário César afirma que:

Neste primeiro momento, foram incentivos tanto de caráter vertical quanto horizontais, entre os quais incluíam incentivo fiscal (eminentemente vertical), juntamente com o governo 29 federal que implantou infraestrutura (com destaque para a ferrovia), iniciou-se o povoamento da parte central do Estado, a capital foi transferida para a nova cidade ‘Goiânia’ e construiu-se a Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada. No final desta fase, havia a ampliação do parque industrial com uma característica agroindustrial. (CASTRO, 2014, p. 29).

A política de incentivos fiscais a fim de tornar o estado de Goiás mais industrializado foi pensada com o objetivo de atrair novas indústrias, com poder econômico mais amplo, promovendo o crescimento econômico na região central do país na geração de empregos e renda. A política industrial ocorre devido:

A intervenção do Governo por processos tributários tem por objetivo incentivar a industrialização do Estado, aumentando-lhe o poder econômico através da diversificação da produção”. E acrescenta no mesmo documento que: “Uma política tributária racional grava resultados positivos e concretos, preservando a iniciativa privada que é a base da prosperidade e do progresso. (CASTRO, 2014, p. 34).

O desenvolvimento econômico de Goiás ocorre devido à descentralização da indústria da região sudeste do Brasil para as demais regiões, Castro, 2014, p. 30 “principalmente com a redução da participação de São Paulo no total do país, para aproveitar outro momento singular da economia, que foi a expansão da fronteira agropecuária no Brasil”.

As isenções tributárias constituem um atrativo para o surgimento de novas indústrias em Goiás, no entanto, Estado propõe ampliar a expansão das atividades que auxiliam o desenvolvimento industrial goiano com a criação do Fundo de participação e Fomento à Industrialização (Fomentar) previsto na Lei nº 9.489/84. A proposta deste programa é financiar a implementação de indústrias, principalmente aquelas voltadas para a agroindústria (ramo predominante):

O financiamento se resume em deferimento no prazo de pagamento de 70% do ICM devido mensalmente, por período de cinco anos, “devendo o resgate ocorrer mediante o pagamento de tantas prestações mensais e sucessivas quantas forem os meses de prazo das operações” (GOIÁS, 1984, Art. 5.), sobre os quais incidirão encargos financeiros sobre o principal¹⁵, sem atualização monetária. (GOIÁS, 1984, Art. 5. apud CASTRO, 2014).

O Fomentar durou de 1984 até 1999, apesar de ter proposta de desenvolvimento, o programa de financiamento contemplava somente empresas com mais de 10 empregados. Para corrigir a desproporção e beneficiar as micros e pequenas empresas o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir) Castro (2014, p.41) “Na nova modalidade, passou a existir o real incentivo à micro e pequena empresa com a criação de subprograma específico – o Microproduzir.” O PRODUIZIR corrigiu e passou a priorizar as regiões mais pobres como o nordeste do

Estado. Diferente do Fomentar, o programa incentiva as empresas que realizam a aplicação de ciência e tecnologia para promover além da economia a educação.

Os espaços reservados para implantação de indústrias de acordo com Castro (2014, p.44) “somente ocorreu na década de 1970 com a criação de locais específicos com infraestrutura, os chamados Distritos Industriais, com destinação prioritária a agroindústrias”. Para Mário Castro:

A criação dos ‘Distritos Industriais’ em Goiás, locais que são na realidade terrenos, com alguma infraestrutura, destinados à implantação de indústrias, inspira-se nos distritos marshallianos¹⁸, no conceito de polo de crescimento de François Perroux. Ao mesmo tempo em que recupera ideias de causalidade circular de Gunnar Myrdal e de encadeamento de Albert Hirschman. Tais influências são percebidas quando se têm em conta a busca de integração entre o setor industrial e o setor primário, com programas como o Goiásrural que permitia a aquisição de máquinas e equipamentos a um custo subsidiado. A motivação para a instalação de indústrias de grande porte, como explicitado no Programa Fomentar, tem como objetivos o surgimento de novas cadeias produtivas e fortalecimento da transformação industrial dos produtos agropecuários. (CASTRO, 2014, p.45).

O Estado de Goiás, apresenta uma forte economia no setor da agropecuária com produção de carnes e grãos que fortalece as exportações do Brasil. A pecuária de Goiás expressa uma grande parcela dos produtos nacionais com suinocultura e avicultura com crescimento constante de rebanhos, principalmente devido à industrialização do Estado. A mineração goiana ainda está presente entre os dias atuais com grande força produtiva, como pode ser observado na tabela a seguir.

O papel do estado de Goiás geração de emprego para o Brasil ocorre devido ao surgimento de novas indústrias no território goiano, trazendo diversificação na produção de bens e serviços, ou seja, mesmo com a forte produção de grãos e carne o setor industrial do estado tem ampliado a economia com a diversificação de produtos, gerando assim empregos, renda e fonte de arrecadação de impostos. É preciso continuar atraindo investimento para o estado para promover industrialização e emprego.

3 MÉTODOS E RESULTADOS

O objetivo do capítulo é mensurar e analisar a decomposição do emprego no estado de Goiás no interciso anual 2000 e 2019, com a utilização da metodologia *shift-share*.

3.1 Metodologia

Os dados sobre o emprego goiano e o nacional foram coletados da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Para a realização dos cálculos da decomposição do emprego, levou-se em consideração a variação nacional (NS), variação proporcional (P) ou estrutural ou da composição industrial (MIX) e a variação diferencial do fator regional (RS).

3.2 Metodologia da Análise Shift-Share

A análise *shift-share* é utilizada para decompor o crescimento de uma dada variável, esse método será utilizado para analisar o crescimento econômico do emprego goiano (economia regional) em relação ao emprego nacional. Essa metodologia demonstra a diferença de crescimento das regiões em suas diversas composições setoriais produtivas e de natureza locacional. A natureza locacional pode ser compreendida como:

Diferentes custos de transporte, diferenças de custo de aquisição dos produtos intermédios ou matérias-primas, ou ainda maior ou menor abundância de determinados factores produtivos como mão-de-obra qualificada ou capacidade empresarial. (CEREJEIRA, 2011, p. 1).

A natureza locacional regional se difere da média nacional, possui características próprias que resultam em diferentes tipos de crescimento que alteram conforme as características de Goiás. Para João Cerejeira:

Estas diferentes características locais podem implicar que as atividades de uma dada região tenham uma evolução diferenciada relativamente à média nacional. Por exemplo, nada obriga a que o sector têxtil da região norte de Portugal observe a mesma evolução verificada a nível nacional, uma vez que há características específicas dessa região que a diferenciam da média nacional, como são o caso das características e custo da mão-de-obra.

Assim, a região norte do País pode crescer a um ritmo diferente da média nacional, não só porque tem características locais diferentes da média, mas também porque a composição da sua estrutura produtiva é diferente do país tomado como um todo. (CEREJEIRA, 2011, p. 1-2).

Além das características locais, a composição estrutural é fundamental para as regiões apresentarem suas diferentes médias produtivas. Goiás possui suas características locais e uma composição estrutural que certamente evolui diferente da média nacional.

O modelo de análise de componentes apresenta três fatores: (Crejeira, 2011, p.2) “o efeito do crescimento nacional (componente nacional), o efeito da composição setorial da região (componente estrutural) e, ainda, o efeito de outros fatores específicos da região (componente regional, concorrencial ou diferencial)”.

3.3 O Modelo Clássico de Análise de Componentes

O modelo clássico de análise *shift-share* abordado neste estudo utiliza o emprego goiano para compreender a variação do emprego de Goiás dado o nível do Brasil, conforme cada setor da economia brasileira. É uma relação regional em comparação ao nível nacional ocorrida no ano de 2000 e 2019, podendo ser compreendida pela seguinte estrutura:

- ΔX_{ik} representa a variação ocorrida na variável X (emprego) de Goiás;
- $X_{ik}(t)$ representa a variável econômica X (emprego) medida em i (Goiás), nos setores k , e no período t ;
- NX_{ik} representa o componente nacional;
- SX_{ik} representa o componente setorial ou estrutural;
- RX_{ik} representa o componente regional, concorrencial ou diferencial.

$$\sum_k \Delta X_{ik} = \sum_k [X_{ik}(t) - X_{ik}(t-1)] = \sum_k [NX_{ik} + SX_{ik} + RX_{ik}]$$

X = emprego

i = Goiás

k = setor

A definição dos componentes pode ser apresentada da seguinte forma:

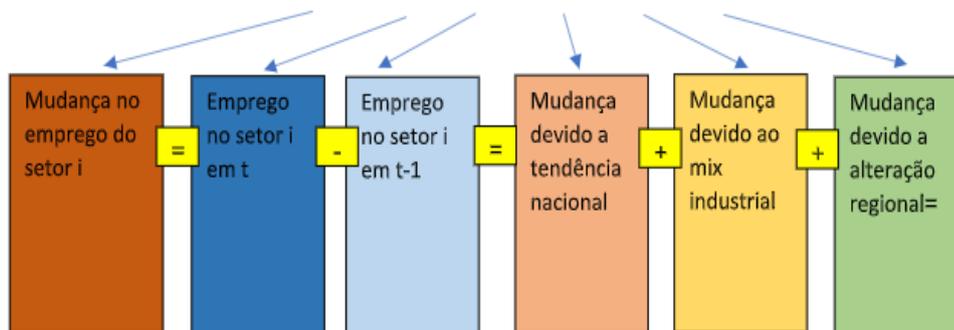
$$NX_{ik} = g_{NX} \times X_{ik} (t - 1)$$

$$SX_{ik} = (g_{Nk} - g_{NX}) \times X_{ik} (t - 1)$$

$$RX_{ik} = (g_{ik} - g_{NXk}) \times X_{ik} (t - 1)$$

- g_{NX} é a variação percentual da variável X (emprego) observada a nível nacional 1, relativamente ao ano-base t-1;
- g_{NXk} é a variação percentual da variável X (emprego) observada a nível nacional, referente ao setor k ;
- g_{ik} é a variação percentual da variável X (emprego), observada na região i (Goiás), no setor k .

Figura 02- Equação matemática *shift-share* segundo Dunn (1960).



Fonte: Elaborada pelo autor

O componente estrutural é incluído neste modelo porque a variação estrutural que é esperada na análise é diferente do nível nacional. Cerejeira (2011) “a região tem uma especialização mais ou menos favorável, consoante a presença de atividades com maior crescimento em nível nacional seja maior ou menor.” No entanto, o crescimento goiano não é idêntico em relação ao nível nacional de emprego.

Desta forma, a componente regional ou competitiva capta precisamente esta diferença. Esta componente mede o desvio do crescimento regional, relativamente àquilo que era esperado, caso cada sector a nível regional tivesse observado a mesma taxa de crescimento setorial nacional. Se este componente é positivo, o modelo clássico aponta para a existência de vantagens comparativas regionais (por exemplo, melhores infraestruturas ou maior produtividade do fator trabalho), que favorecem taxas de crescimento setoriais regionais mais elevadas. (CEREJEIRA, 2011, p. 1-2).

As combinações de fatores como: estruturas de demanda, variações nas produtividades, inovações tecnológicas e vantagens locacionais favorecem a competitividade regional goiana, as diferenças nas atividades decorrem desses fatores.

3.4 Resultados

A tabela 01 mostra o total de empregos no estado de Goiás entre os anos de 2000 e 2019. No ano de 2000, o destaque da empregabilidade goiana foi o setor da administração pública com 170.473, o que equivale a uma participação de 25,68% do total de emprego, seguido pelo comércio varejista com 96.229 empregos, o que equivale a uma participação de 14,49% do total de emprego, e em terceira colocação o setor de alojamento e comunicações com 53.595, representando uma participação de 8,07% do total de emprego.

Os três menores quantitativos verificados no ano 2000 ocorreram no setor elétrico e comunicações com 735 empregos, ou seja, uma representatividade de 0,11 pontos percentuais, enquanto a média dos empregados totalizaram 26.556 trabalhadores. O setor da Indústria de calçados apresentou 1.005 empregos, representando 0,15% de participação do total de empregos. A terceira menor representatividade está no setor de material de transporte com 1.654 empregos, equivalente a 0,25% do total de empregos.

No ano de 2019, o destaque da empregabilidade goiana continua com setor da administração pública com 324.018, o que representou 21,26% do total de emprego, portanto verificou-se queda de 4,46% em relação ao ano de 2000. Em seguida, o setor do comércio varejista com 243.502 apresentou 15,97% do total de empregos, portanto, verificou-se aumento de 1,48% em relação ao ano de 2000. O setor da administração técnica profissional com 150.367 representa o terceiro melhor desempenho, com 9,86% do total de empregos, portanto, verificou-se um aumento de 2,97% em relação ao ano 2000.

A menor participação ocorrida no período de 2019 foi registrada no setor da indústria de calçados com 843 empregos, o que representou 0,06% do total de empregos, portanto, verificou-se uma redução de 0,09% em relação ao ano 2000. O

setor elétrico e comunicação, com 2.789 empregos, apresentou aumento de 0,07% em relação ao ano 2000, segunda posição de menor desempenho de emprego. O setor de material de transporte apresenta uma mudança no nível de emprego de 225,51%, partindo de 1.654 empregos em 2000 para 5.384 empregos em 2019, continua sendo o terceiro menor setor em participação total de empregos em Goiás.

Dado o exposto, os três melhores destaques para o ano de 2000 foram: a administração pública, comércio varejista e alojamento e comunicação. O mesmo destaque continua no ano de 2019, salvo a administração técnica profissional que passa a ter o terceiro melhor resultado, ocupando o lugar do setor de alojamento e comunicação.

Tabela 01 - Total de empregos no estado de Goiás, em 2000 e 2019

Ordem	Setores	Total de empregos em Goiás em 31/12				
		GO 2000	% do Total 2000	GO 2019	% do Total 2019	Mudança no emprego (%)
1	Extrativa Mineral	4.159	0,63	7.290	0,48	75,28
2	Prod. Mineral Não Metálico	7.345	1,11	9.625	0,63	31,04
3	Indústria Metalúrgica	6.794	1,02	14.651	0,96	115,65
4	Indústria Mecânica	1.402	0,21	7.088	0,46	405,56
5	Elétrico e Comunic	735	0,11	2.789	0,18	279,46
6	Material de Transporte	1.654	0,25	5.384	0,35	225,51
7	Madeira e Mobiliário	4.143	0,62	8.009	0,53	93,31
8	Papel e Gráfica	4.321	0,65	8.179	0,54	89,28
9	Borracha, Fumo, Couros	3.350	0,50	7.360	0,48	119,70
10	Indústria Química	11.180	1,68	48.540	3,18	334,17
11	Indústria Têxtil	18.220	2,74	23.178	1,52	27,21
12	Indústria Calçados	1.005	0,15	843	0,06	-16,12
13	Alimentos e Bebidas	39.455	5,94	99.730	6,54	152,77
14	Serviço Utilidade Pública	4.256	0,64	11.962	0,78	181,06
15	Construção Civil	33.511	5,05	60.453	3,97	80,40
16	Comércio Varejista	96.229	14,49	243.502	15,97	153,04
17	Comércio Atacadista	21.158	3,19	55.584	3,65	162,71
18	Instituição Financeira	11.092	1,67	21.218	1,39	91,29
19	Adm Técnica Profissional	45.747	6,89	150.367	9,86	228,69
20	Transporte e Comunicações	28.566	4,30	73.501	4,82	157,30
21	Aloj Comunic	53.595	8,07	131.409	8,62	145,19
22	Médicos Odontológicos Vet	30.085	4,53	59.323	3,89	97,18
23	Ensino	22.067	3,32	55.721	3,66	152,51
24	Administração Pública	170.473	25,68	324.018	21,26	90,07
25	Agricultura	43.356	6,53	94.580	6,20	118,15
Total		663.898	100,00	1.524.304	100,00	129,60

Fonte: RAIS/Dados trabalhados pelo autor

No ano de 2000, tabela 02, total de empregos no Brasil, o destaque da empregabilidade brasileira foi para setor da administração pública com 5.882.565, o que equivale a uma participação de 22,43% do total de emprego, seguido pelo Comércio Varejista com 3.560.948 empregos, o que equivale a uma participação de 13,58% do total de empregos.

Não menos importante, o setor administração técnica e profissional com 2.580.036 representou uma participação de 9,84% do total de emprego.

O decréscimo de emprego no ano 2000 pode ser representado pelos setores extrativa mineral com 109.608 empregos, demonstrou ser o menor percentual, com 0,42 pontos percentuais do total de empregos.

O setor elétrico e comunicação apresentou no ano de 2000, 191.978 empregos, representando 0,73% de participação do total de empregos, em o terceiro menor quantitativo está o setor de borracha, fumo, couros com 220.775 empregos, equivalente a 0,84% do total.

A empregabilidade brasileira em 2019 apresentou destaque novamente o setor da administração pública com 8.865.548, o que representou 18,64% do total de emprego um crescimento de 50% do setor no período (2000-2019). Para o mesmo ano segue o setor do comércio varejista com 7.747.693, o que representou 16,29% do total de empregos em 2019, portanto, verificou-se aumento de 2,71% de 2000 para 2019.

O setor da administração técnica profissional com 5.734.276 representa o terceiro melhor desempenho, com 12,06% do total de empregos do total em 2019, portanto, verificou-se um aumento de 2,97% em relação ao ano de 2000.

A menor mudança de participação em 2019 foi registrada no setor da indústria extrativa mineral com 227.838 empregos, o que representou 0,48% do total de empregos, portanto, verificou-se um aumento de 0,06% em relação ao total do ano 2000.

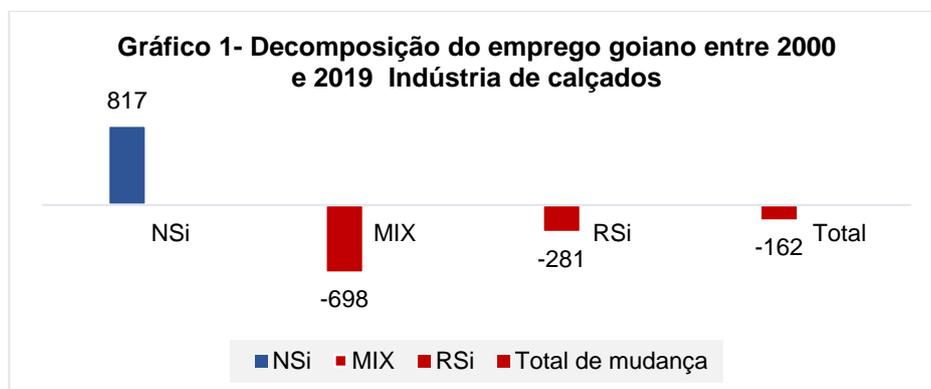
O setor elétrico e comunicação com 237.614 empregos apresenta redução de 0,23% em relação ao total do ano 2000. Os setores de borracha, fumo, couros apresentam uma mudança no período de 32,63%, partindo de 220.775 empregos em 2000 para 292.822 empregos em 2019.

Tabela 02 - Total de empregos no Brasil, em 2000 e 2019

Ordem	Setores	Total de empregos no Brasil em 31/12				Mudança no emprego (%)
		BR 2000	% do Total 2000	BR 2019	% do Total 2019	
1	Extrativa Mineral	109.608	0,42	227.838	0,48	107,87
2	Prod. Mineral Não Metálico	273.819	1,04	353.274	0,74	29,02
3	Indústria Metalúrgica	481.943	1,84	640.269	1,35	32,85
4	Indústria Mecânica	278.480	1,06	542.800	1,14	94,92
5	Elétrico e Comunic	191.978	0,73	237.614	0,50	23,77
6	Material de Transporte	296.823	1,13	468.103	0,98	57,70
7	Madeira e Mobiliário	396.501	1,51	395.568	0,83	-0,24
8	Papel e Gráfica	308.626	1,18	329.755	0,69	6,85
9	Borracha, Fumo, Couros	220.775	0,84	292.822	0,62	32,63
10	Indústria Química	509.646	1,94	886.626	1,86	73,97
11	Indústria Têxtil	702.094	2,68	798.877	1,68	13,78
12	Indústria Calçados	240.392	0,92	268.800	0,57	11,82
13	Alimentos e Bebidas	984.284	3,75	2.004.750	4,22	103,68
14	Serviço Utilidade Pública	290.352	1,11	455.028	0,96	56,72
15	Construção Civil	1.094.528	4,17	2.012.211	4,23	83,84
16	Comércio Varejista	3.560.948	13,58	7.747.693	16,29	117,57
17	Comércio Atacadista	690.814	2,63	1.705.697	3,59	146,91
18	Instituição Financeira	557.214	2,12	1.005.118	2,11	80,38
19	Adm Técnica Profissional	2.580.036	9,84	5.734.276	12,06	122,26
20	Transporte e Comunicações	1.390.777	5,30	2.731.298	5,74	96,39
21	Aloj Comunic	2.269.242	8,65	4.111.635	8,65	81,19
22	Médicos Odontológicos Vet	924.415	3,52	2.230.042	4,69	141,24
23	Ensino	918.771	3,50	2.031.488	4,27	121,11
24	Administração Pública	5.882.565	22,43	8.865.548	18,64	50,71
25	Agricultura	1.072.271	4,09	1.477.081	3,11	37,75
Total		26.226.902	100,00	47.554.211	100,00	81,32

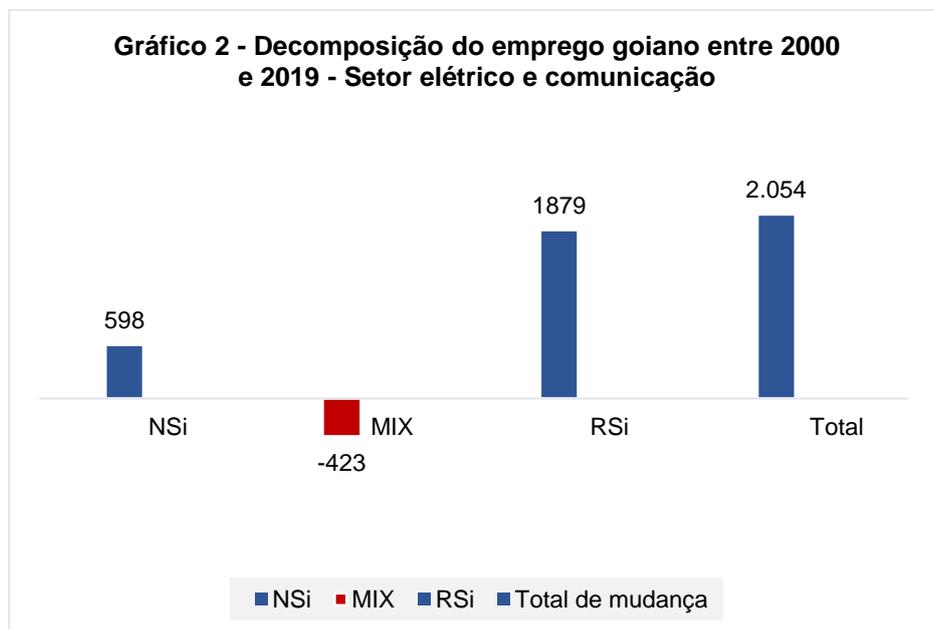
Fonte: RAIS/Dados trabalhados pelo autor

A decomposição do emprego goiano no período supracitado apresenta um total de mudança de 860.406, deste total, o setor de menor proeminência: indústria de calçados apresentou crescimento negativo de 162 empregos. A justificativa desta perda está no resultado apresentado pelo mix industrial (MIX) e a alteração regional (RSi). Em Goiás a tendência nacional (NSi) de crescimento foi positiva neste setor, contudo, o resultado da mudança total demonstrou ao final prejudicado, devido à queda de 698 empregos na composição industrial (MIX) e à fraca competitividade local com resultado negativo de 281 empregos. Assim, a indústria de calçados em Goiás revela decréscimo no interciso de 2000 e 2019, como pode ser verificado no gráfico 1.



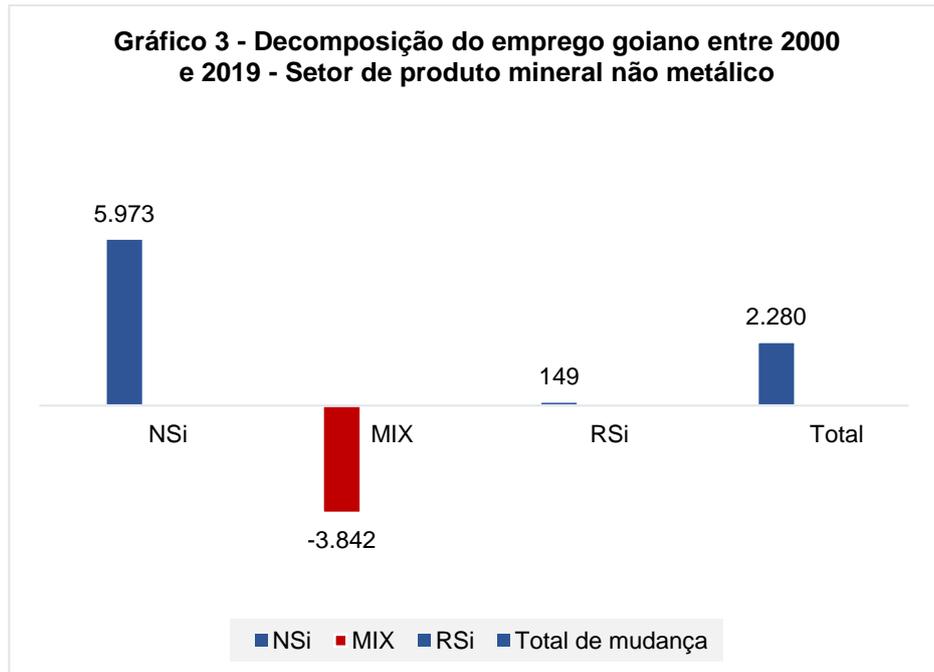
Fonte: RAIS / Dados trabalhados pelo autor

O resultado do setor elétrico e comunicação na decomposição foi de aumento no componente da variação nacional (NSi). Goiás seguiu a tendência nacional, o mix industrial (MIX) goiano apresentou perda de 423 empregos, a queda deste componente influenciou o valor total, mas não ao ponto de ficar negativo; a maior parte do crescimento foi determinado pelo componente regional (RSi), o fator concorrencial goiano promoveu 1.879 empregos com o total de 2.054 no período mencionado. Este setor apresentou o segundo pior desempenho, a perda no mix industrial pode ser observada no gráfico 2.



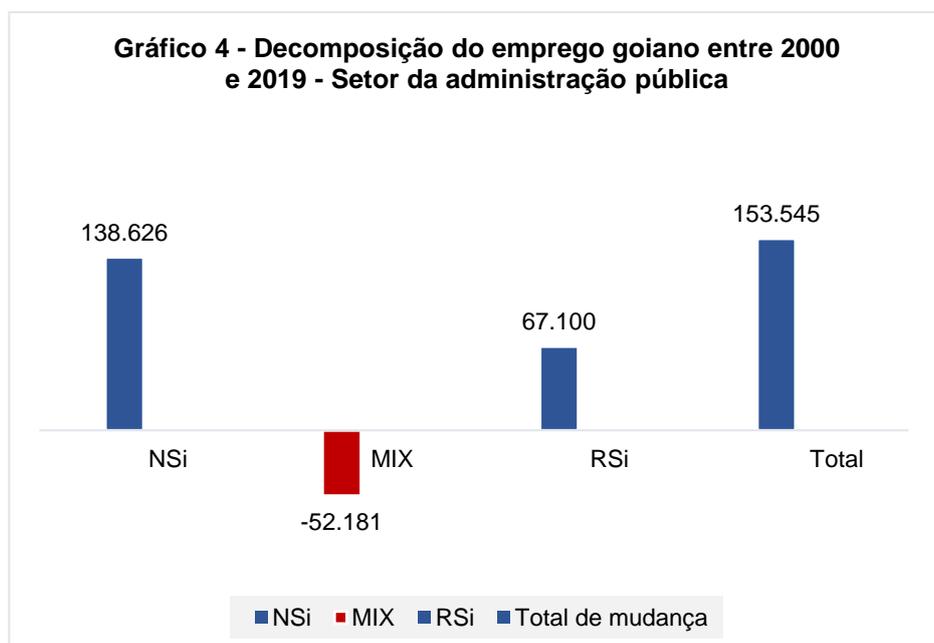
Fonte: RAIS / Dados trabalhados pelo autor

A mudança de 2.280 empregos ocorrida no setor de produtos minerais não metálicos, terceiro menor desempenho, apresentou considerável queda de 3.842 empregos referente ao mix industrial (MIX), demonstrando que a economia industrial goiana está menos favorável ao crescimento neste setor. O componente de variação nacional (NSi) goiano de 5.973 empregos atesta a tendência goiana ao crescimento nacional, contudo, a variação locacional (RSi) de 149 empregos não é expressiva como pode ser verificado no gráfico 3.



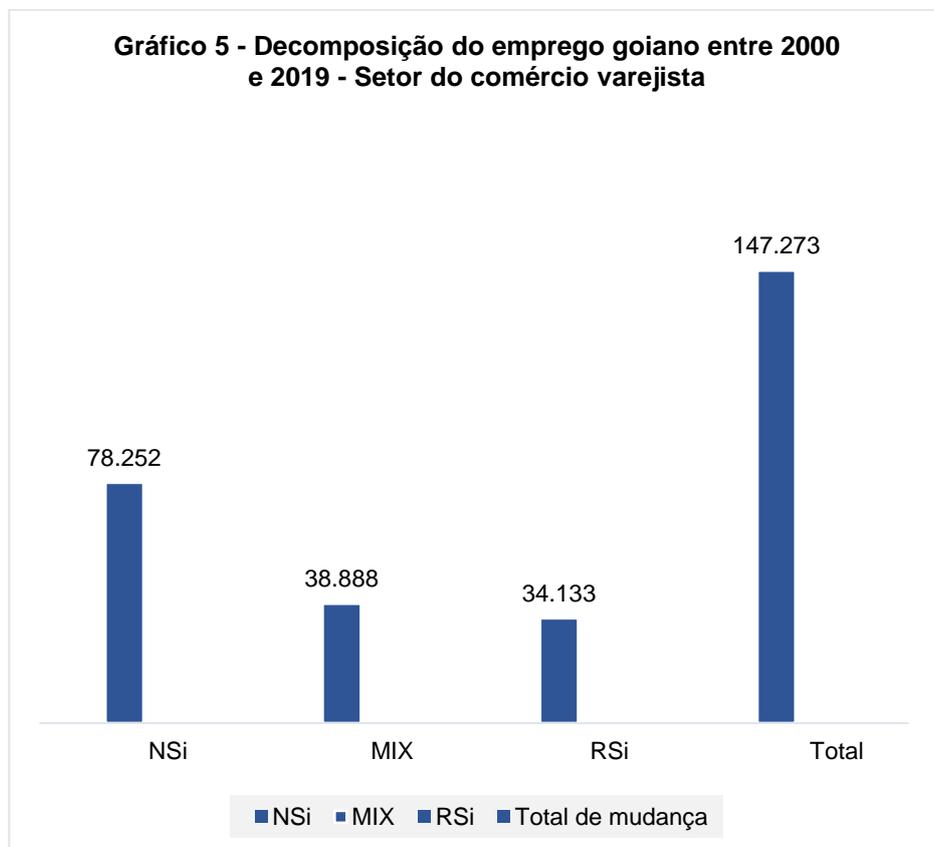
Fonte: RAIS / Dados trabalhados pelo autor

A administração pública se destaca com a maior mudança de empregos totalizando 153.545. Este resultado poderia ter sido ainda maior caso a composição industrial goiana (MIX) não apresentasse queda de 52.181. Mesmo com a queda do mix industrial, a economia goiana neste setor seguiu a tendência nacional, gerando 138.626 empregos, além, de 67.100 decorrente dos fatores de competitividade local positiva. Vejamos no gráfico 4 a decomposição do setor.



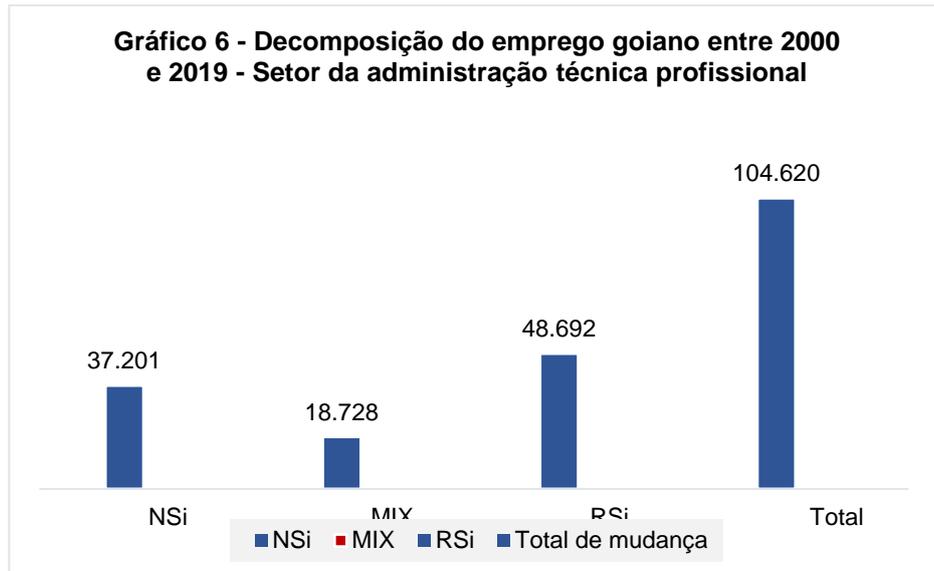
Fonte: RAIS / Dados trabalhados pelo autor

A variação de mudança do total de empregos no comércio varejista apresentou o segundo melhor crescimento positivo 147.273 empregos, seguindo a tendência nacional (NSi) de 78.252 (componente de variação nacional), o mix industrial (MIX) de 34.888 (demonstrou crescimento favorável neste setor) e a competitividade local (RSi) 34.133 (a economia goiana apresentou crescimento locacional devido as combinações de fatores como: estruturas de demanda, variações nas produtividades, inovações tecnológicas e vantagens locais). O crescimento pode ser constatado no gráfico 5.



Fonte: RAIS / Dados trabalhados pelo autor

A administração técnica profissional, terceiro melhor destaque de crescimento, revela que a competitividade local favoreceu a economia local com 48.692 empregos, a composição industrial da economia goiana ampliou a mudança de crescimento total. O componente da variação proporcional (P) ou composição industrial (MIX) fortaleceu a mudança em 18.728 empregos. No gráfico a seguir pode-se notar que a economia goiana no setor da administração técnica e profissional seguiu a tendência nacional (NSi) de crescimento em 37.201.



Fonte: RAIS / Dados trabalhados pelo autor

A decomposição do emprego goiano de 2000 a 2019 em três partes: NSi de *National-share* (variação nacional), o MIX de *Industrial mix* (Mix industrial) e o RSi de *Regional-share* pode ser observada para outros setores como a tabela 03 apresenta.

Tabela 03 - Decomposição do emprego goiano entre 2000 e 2019

Ordem	Setores	Decomposição do emprego goiano entre 2000 e 2019			
		NSi	MIX	RSi	Total da mudança entre 2000 e 2019
1	Extrativa Mineral	3.382	1.104	1.355	3.131
2	Prod. Mineral Não Metálico	5.973	3.842	149	2.280
3	Indústria Metalúrgica	5.525	3.293	5.625	7.857
4	Indústria Mecânica	1.140	191	4.355	5.686
5	Elétrico e Comunic	598	423	1.879	2.054
6	Material de Transporte	1.345	391	2.776	3.730
7	Madeira e Mobiliário	3.369	3.379	3.876	3.866
8	Papel e Gráfica	3.514	3.218	3.562	3.858
9	Borracha, Fumo, Couros	2.724	1.631	2.917	4.010
10	Indústria Química	9.091	822	29.090	37.360
11	Indústria Têxtil	14.816	12.305	2.446	4.958
12	Indústria Calçados	817	698	281	162
13	Alimentos e Bebidas	32.084	8.821	19.370	60.275
14	Serviço Utilidade Pública	3.461	1.047	5.292	7.706
15	Construção Civil	27.251	846	1.155	26.942
16	Comércio Varejista	78.252	34.888	34.133	147.273
17	Comércio Atacadista	17.205	13.878	3.343	34.426
18	Instituição Financeira	9.020	104	1.210	10.126
19	Adm Técnica Profissional	37.201	18.728	48.692	104.620
20	Transporte e Comunicações	23.229	4.304	17.401	44.935
21	Aloj Comunic	43.583	69	34.300	77.814
22	Médicos Odontológicos Vet	24.465	18.027	13.254	29.238
23	Ensino	17.945	8.781	6.929	33.654
24	Administração Pública	138.626	52.181	67.100	153.545
25	Agricultura	35.256	18.888	34.856	51.224
Total		539.872	...	320.534	860.406

Fonte: RAIS/Dados trabalhados pelo autor

Por todos esses aspectos, conclui-se, que os três melhores desempenhos ficaram com a administração pública, o comércio varejista e a administração técnica

e profissional. Para os setores de menor ou pior desenvolvimento estão os setores de calçados, elétrico e comunicação e produto mineral não metálico. O total de mudanças em outros setores pode ser visualizada na tabela 03.

CONCLUSÃO

O objetivo principal deste trabalho foi o analisar a concentração do emprego de Goiás em relação ao Brasil. Para tanto foi utilizado como instrumentos de análise estudos bibliográficos para fundamentação da análise, os dados sobre emprego goiano e o nacional, coletados da base da Relação Anual de Informações (RAIS) e a decomposição matemática originalmente denominada *shift-share*.

Nesse contexto, com o intuito de apresentar a visão de alguns economistas (Smith, Ricardo, Marx e Keynes) e o desenvolvimento econômico de Goiás e do Brasil do ponto de vista histórico, iniciando nos primeiros ciclos econômicos da cana-de-açúcar até a descentralização industrial do sudeste brasileiro para o centro-oeste, cumpre observar que o desenvolvimento do pensamento econômico acerca do emprego continua sendo um desafio aos economistas, a variável emprego importa no crescimento econômico.

Obviamente, o setor produtivo goiano possui peculiaridades, os fatores locais abrangem componentes específicos que determinam a variação da produtividade. As diferenças nas atividades produtivas podem decorrer de estruturas de demanda, variações nas produtividades, inovações tecnológicas e vantagens locacionais, são causas que promoveram as mudanças da concentração de emprego.

O presente estudo apresentado não aborda as razões ou causas que promoveram a alteração. O estudo pode ser continuado em outros trabalhos, que tenham como objetivo analisar as causas ou os fatores locacionais de desempenho que influenciam o aumento ou queda de emprego.

Diante do exposto, manifesto que no período de 2000 até 2019 o setor que mais concentrou empregos em Goiás foi a Administração pública e que a conclusão da análise pode afirmar que Goiás segue a tendência nacional na geração de empregos na maioria dos setores, apresentou resultado negativo na mudança de emprego somente o setor de calçados.

Os resultados obtidos na pesquisa são valiosos e a análise de decomposição do emprego *shift-share* auxilia as pessoas a tomarem decisões acerca do desempenho conforme dados de cada setor, situando o indivíduo no mercado para tomada de decisão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELTRÃO, Alexandre Fontana. **HISTÓRIA COMPLETA CAFÉ NO BRASIL**. 2018. Disponível em: <https://revistacafeicultura.com.br/?mat=66568> . Acesso em: 03 maio 2021.

CASTRO, Mario Cesar Gomes de. **INDUSTRIALIZAÇÃO EM GOIÁS: política industrial e desenvolvimento, 1970 a 2010**. 2014. 187 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPED/Teses/2014/MARIO%20CESAR%20GOMES%20DE%20CASTRO.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

CEREJEIRA, João. A Análise de Componentes de Variação (Shift-Share). **Compêndio de Economia Regional**, [s. l], p. 61-74, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/7816254/_A_an%C3%A1lise_de_componentes_de_varia%C3%A7%C3%A3o_shift_share_. Acesso em: 18 maio 2021.

ESTATÍSTICA, Ibge - Instituto Brasileiro de Geografia e. **Produto Interno Bruto 2015**. 2015. Disponível em: https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_produto_interno_bruto.pdf. Acesso em: 03 maio 2021.

ESTEVAM, Luís. **O TEMPO DA TRANSFORMAÇÃO: estrutura e dinâmica da formação de goiás**. 2. ed. Goiânia: Ucg, 2004. p. 238.

FRANÇA, Fábio Mendes. **Uma discussão sobre a teoria do valor em Smith, Ricardo e Marx**. 2012. 43 f. Monografia (Especialização) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Cap. 1. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1789/1/FMFran%C3%A7a.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

FRANÇA, Fábio Mendes. **Uma discussão sobre a teoria do valor em Smith, Ricardo e Marx**. 2012. 43 f. Monografia (Especialização) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Cap. 1. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1789/1/FMFran%C3%A7a.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

GONÇALVES, José Sidnei; RAMOS, Soraia de Fátima. DA ORIGEM À HEGEMONIA E CRISE DO ALGODÃO MERIDIONAL BRASILEIRO NO SÉCULO XX. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 25-41, 27 nov. 2007. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/ie/2008/tec3-0208.pdf> . Acesso em: 03 maio 2021.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Saraiva, 2012. 401 p. Tradução de Manuel Resende.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. livro 1. o processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultura. 1996. 904 p. Seleção de textos e tradução: Regis Barvosa e Flávio R. Kothe.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. livro 2. o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. 904 p. Seleção de textos e tradução: Rubens Enderle. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584929/mod_resource/content/1/Marx%20-%20O%20capital%20%28Boitempo%29%20-%20Livro%202.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

RICARDO, David. **OS ECONOMISTAS**: princípios de economia política e tributação. São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1996. 318 p. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni.

SILVA, José Lucas da. **OS CICLOS ECONÔMICOS**: contribuições para o desenvolvimento do Brasil. 1992. 758 f. Monografia (Especialização) - Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Desktop/CURSOS/Economia/Monografia%20An%C3%A1lise%20Shift%20Share/OSCICLOS%20ECON%C3%94MICOS%20CONTRIBUI%C3%87%C3%95ES%205713-Texto%20do%20artigo-11284-1-10-20200722.pdf> . Acesso em: 03 maio 2021.

SILVA, Tadeu Silvestre da. Artigos. **NOTAS SOBRE A ECONOMIA RICARDIANA**, [s. l.], v. 13, 2003. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Desktop/CURSOS/Economia/Monografia%20An%C3%A1lise%20Shift%20Share/DAVID%20RICARDO%208462-20647-1-SM.pdf> . Acesso em: 17 mar. 2021

SMITH, Adam. **Os Economistas**: a riqueza das nações. São Paulo: Abril Cultura, 1996. 471 p. Tradução de Luiz João Baraúna. Disponível em: <https://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2015/01/A-riqueza-das-na%C3%A7%C3%B5es-Vol.-1.pdf> . Acesso em: 15 mar. 2021.

SOUZA, Nali de Jesus de. ECONOMIA REGIONAL: conceito e fundamentos teóricos. **Perspectiva Econômica**: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, v. 11, n. 32, p. 67-102, 1981. Disponível em: <https://lemons.pro.br/wp-content/uploads/2020/09/ECONOMIA-REGIONAL-CONCEITO-E-FUNDAMENTOS-TE%3%93RICOS-ARTIGO.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.



**PUC
GOIÁS**



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
MONOGRAFIAII: *ACEITE DO ORIENTADOR***

Goiânia, 07 de junho de 2021.

ALUNO: Enoque Estevan de Brito

MATRÍCULA: 2016.2.0021.0014-8

ORIENTADOR: Prof. Ms. Mauro César de Paula

TEMA: Análise shift-share: estudo sobre o emprego em Goiás de 2000 a 2019

À COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

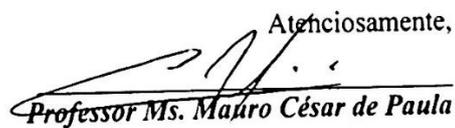
Havendo acompanhado a elaboração da monografia II, com o Tema acima mencionado e tendo examinado a versão final, considero satisfatório o trabalho monográfico e julgo por bem encaminhá-lo à *Banca Examinadora*.

Orientei o (a) aluno (a) Enoque Estevan de Brito, para que inclua este *ACEITE* no exemplar final a ser enviado, via eletrônica, à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, no formato digital, conforme normas da ABNT, para realização de Trabalhos de Final de Cursos.

O exemplar definitivo deverá conter na capa, os dizeres da folha de rosto e, na lombada, o título da monografia e o último sobrenome do autor.

Caso não sejam cumpridas essas e outras exigências institucionais, solicito que a Coordenação do Curso de Ciências Econômicas/Coordenação de Monografia notifique o (a) aluno(a) que a nota atribuída à Monografia não será considerada até que satisfaça essas determinações e não poderá colar grau até que as cumpram inteiramente.

Atenciosamente,


Professor Ms. Mauro César de Paula



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL
Av. Universitária, 1959 | Setor Universitário
Caixa Postal 66 | CEP 74605-010
Goiânia | Goiás | Brasil
Fone: (52) 3946.2081 ou 3089 | Fax: (52) 3946.3090
www.pucgoias.edu.br | prode@pucgoias.edu.br

RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE

ANEXO I

APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante Enoque Estevão de Brito, do Curso de Ciências Econômicas, matrícula 2016.2.0021.0014-8, telefone: 98165 0303, e-mail enoque37@gmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Análise Shift-share: estudo sobre o emprego em Goiás de 2000 e 2019”, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 20 de junho de 2021.

Assinatura do(s) autor(es): Enoque Estevão de Brito

Nome completo do autor: Enoque Estevão de Brito

Assinatura do professor-orientador: Mauro César de Paula

Nome completo do professor-orientador: Mauro César de Paula